



A QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: NOTAS PARA O DEBATE

*The agrarian, urban and environmental issue in the
Brazilian Amazon: notes for the debate*

Nádia Socorro Fialho Nascimento¹

RESUMO

Este artigo reflete sobre a questão agrária, urbana e ambiental no contexto da Amazônia brasileira, a partir das determinações estruturais e históricas da sociedade do capital. Objetiva destacar que as questões que afetam a região amazônica estão relacionadas ao papel que ela desempenha na totalidade do desenvolvimento capitalista. Isso porque as regiões/nações ricas em recursos naturais, como é o caso do Brasil, e nele, como caso emblemático da Amazônia brasileira, são alvo da exploração sobre a natureza em função da importância daqueles recursos para o processo produtivo. A partir da teoria social crítica e do exame histórico dos efeitos da implantação de grandes projetos, especialmente os de exploração mineral sobre o espaço amazônico, o artigo conclui que o privilegiamento do modelo de desenvolvimento, calcado nos grandes projetos econômicos, tem (re)produzido expressões da “questão social” na região.

PALAVRAS-CHAVE

Acumulação Capitalista. Amazônia. Questão Agrária. Questão Urbana. Questão Ambiental.

¹ Assistente Social e Socióloga, Docente da Faculdade de Serviço Social (FASS) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: <nadiasfialho@gmail.com>.

ABSTRACT

This article reflects about agrarian question, urban and environmental context of the Brazilian Amazon, from the structural determinations and historical society of the capital. Aims to highlight the issues affecting the Amazon region are related to the role it plays in the totality of capitalist development. This is because the regions / nations rich in natural resources such as Brazil and it, as if emblematic of the Brazilian Amazon, are targets of exploitation of nature according to the importance of those resources to the production process. From the critical social theory and historical examination of the effects of implementation of large projects, especially mineral exploration on the Amazon region, the article concludes that the primacy of the development model, based on major economic projects, has (re)produced expressions of “social question” in the region.

KEYWORDS

Capitalist Accumulation. Amazon. Agrarian Question. Urban Question. Environmental Issues.

Submetido: 17/6/2012

Aceito: 21/8/2012

1 INTRODUÇÃO

Tomando por base a constituição da “questão social” nos marcos do Capitalismo, o que refuta qualquer tipo de naturalização, consideramos que ela deve ser apreendida não apenas nas suas expressões universais, as quais se revelam tão complexas no estágio atual do Capitalismo dos monopólios, mas também em suas expressões particulares, no que o estudo da realidade amazônica se coloca como uma contribuição.

Dada a complexidade das questões presentes nesse universo particular que é a Amazônia brasileira, cumpre destacar que a sua apreensão exige uma leitura da realidade como totalidade social. Partindo desse princípio, abordamos a questão agrária, a questão urbana e a questão ambiental, na Amazônia brasileira, como resultantes dos determinantes estruturais e históricos da sociedade do capital. Além das contradições inerentes ao modo de produção capitalista, que (re) produz a desigualdade social, na particularidade amazônica, se destacam, ainda, um *record* de violência dos conflitos pela posse da terra (inclusive com o as-

sassinato seletivo de lideranças sindicais), uma expropriação dos grupos indígenas e das comunidades tradicionais (ribeirinhos, pequenos trabalhadores rurais, quilombolas), um explosivo adensamento populacional dos centros urbanos (com elevado grau de precarização das condições de vida, de degradação dos ambientes naturais e de segregação socioespacial dos trabalhadores), uma reincidente agressão ao meio ambiente (com novos processos, como a monocultura da soja, que se somam aos processos de extração mineral, pecuária intensiva, extração madeireira e hidroelétricas), além de uma impune biopirataria à diversidade natural, um lucrativo narcotráfico, uma permanente prostituição e exploração infanto-juvenil e adulta, a presença do trabalho análogo à escravidão, e do trabalho infantil, entre outras.

Em meio a esses processos, a precariedade de políticas públicas de corte social, tanto na área urbana, como na área rural da Amazônia, tem gerado inúmeras demandas por saúde, educação, trabalho, saneamento, habitação, assessoria aos movimentos sociais, etc., as quais chegam aos profissionais de Serviço Social no seu cotidiano profissional. O seu enfrentamento requer uma análise rigorosa da realidade, o que se diferencia, inequivocamente, tanto das análises conservadoras, como daquelas que, pretensamente críticas, acabam por resvalar para a análise Pós-moderna. A partir da negação desta forma de análise e do *status quo* estabelecido, nos remetemos à utilização do aporte teórico crítico, pela compreensão de que é no campo desta teoria que se pode apreender os processos sociais que escapam ao alcance dos mais diversos matizes das diferentes teorias, conservadoras ou não.

As reflexões aqui presentes buscam evidenciar a essência dos processos desencadeados, historicamente, sobre a Amazônia, os quais, no contexto da crise capitalista contemporânea, acirram a exploração desenfreada dos recursos da natureza. Isso porque as regiões/nações ricas em recursos naturais, como é o caso no Brasil da Amazônia brasileira e nela – como caso emblemático –, do estado do Pará, são alvo de intensa exploração em função da importância das matérias-primas para o processo produtivo. Por meio do exame dos efeitos da implantação de grandes projetos, especialmente, mas não exclusivamente, os de exploração mineral, sobre

o estado do Pará, o artigo conclui que o privilegiamento do modelo de desenvolvimento, calcado nos grandes projetos econômicos, tem (re)produzido expressões da “questão social” na região.

2 O ESPAÇO AMAZÔNICO: NATUREZA, HISTÓRIA, CULTURA E ECONOMIA

A inserção subordinada da Amazônia ao mercado mundial condicionou, desde o Período Colonial, os processos de intervenção – interna e externa –, sobre a região, os quais foram, historicamente, marcados pelo desconhecimento e pelo descaso, envolvidos ainda numa ambiguidade que oscilava (oscila!) entre o paradisíaco (riquezas naturais, reserva do planeta e culturas exóticas) e o infernal (selvageria, atraso e pragas naturais).

Afinal, caberia perguntar de que Amazônia estamos falando, uma vez que a sua complexidade física, social, cultural, ambiental, econômica e histórica contribuiu para o desenrolar de processos históricos próprios, que estão na base da sua configuração atual e que lhe conferem uma particularidade. Segundo Gonçalves (2005, p. 9-10), “A Amazônia é, sobretudo, diversidade. [...]. Há a Amazônia da várzea e a da terra firme. Há a Amazônia dos rios de água branca e a dos rios de águas pretas. [...]. Há várias Amazonas na Amazônia”. Com uma superfície de 7,5 milhões de km², o que representa cerca de 44% do território sul-americano, aquilo que nomeamos Amazônia não é exclusivamente brasileira, é Latino-Americana. Sua área geográfica abrange, além do Brasil, mais 08 (oito) países: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O Brasil é o que possui a maior extensão continental, com, aproximadamente, 45% da área global e a Amazônia brasileira corresponde a 60% do território nacional, abrangendo toda a Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Tocantins, Rondônia e Roraima), o estado de Mato Grosso, no Centro-Oeste, e partes do estado do Maranhão, no Nordeste. Dados do IBGE (2010) informam que a população da Amazônia Legal é de mais de 17 milhões de habitantes, sendo que a Região Norte apresenta a menor densidade demográfica do país.

Sua complexidade física deriva da grandiosidade territorial, que produziu uma espacialidade com feições próprias, na qual se

destacam dois espaços sociais tradicionais “[...] cada qual assinalado por características bem definidas, mas também marcado por uma forte articulação mútua, [...] o espaço da cultura urbana e o da cultura rural” (LOUREIRO, 1995, p. 55). Como região fecunda em traços que lhe dão contornos próprios, a Amazônia apresenta, por exemplo, uma denominação substitutiva para área rural. A expressão *interior* é a que melhor “[...] designa o mundo rural, embora inclua vilas e povoados – é o lugar [...] onde os grupos humanos estão dispersos ao longo de extensos espaços” (LOUREIRO, 1995, p. 56).

Os processos sociais de exploração, resistência e assimilação, que conformaram a ocupação do espaço amazônico, originaram uma cultura com características próprias, em que o homem nativo vive (vivia!) em relação de complementariedade com a natureza, dela tirando o necessário a sua sobrevivência. Esta natureza compõe-se de dois elementos principais, a floresta e o rio. A primeira, classificada como floresta equatorial latifoliada, por sua exuberância, foi denominada de *Hylæa* (do grego *hilé*, que significa matéria densa), pelo naturalista Alexander Von Humboldt, ainda no século XVIII. Floresta e rio contribuem para um clima quente e úmido, com precipitações superiores a 2.000 mm/ano, responsável pela presença quase que diária da chuva em certas áreas da Amazônia. Quanto ao rio, este se constitui em verdadeira rua para a sua população, conformando uma “[...] vasta e intrincada rede hidrográfica, formada pela calha do rio Amazonas e seus afluentes e subafluentes [...], que se capilariza em numerosos lagos, igarapés, furos e paranás” (PANDOLFO, 1994, p. 33), constituindo-se na maior bacia hidrográfica do planeta. A inconfundível capilarização dessa bacia hidrográfica foi responsável pelo padrão inicial de localização dos núcleos urbanos, às margens dos rios, dispersos pelo vasto território e que, ainda hoje, lhe dão feição própria diante de outras regiões do país. Somente com a abertura de estradas federais, a partir da segunda metade do século XX, é que este padrão de ocupação modificou-se, fazendo surgir núcleos urbanos às margens das grandes rodovias e, posteriormente, núcleos urbanos periféricos aos grandes projetos econômicos que se assentaram na Amazônia.

Os processos de intervenção econômica sobre a região remontam ao Período Colonial e a sua abundância em recursos naturais condicionou,

desde cedo, a sua sina colonial. Com base nessa condição, a região atravessou distintos períodos, que se subordinaram às condições gerais do processo colonizatório instaurado pela Acumulação Primitiva.

1) o que poderíamos chamar de período exploratório, que compreende o século XVI, e no qual já se tem uma clara amostra do que iria advir nos séculos seguintes; 2) o verdadeiro período colonial português, que, grosso modo, pode ser compreendido entre o ano da fundação de Belém (1616) e o início do Império (1822); 3) o período de vinculação às economias capitalistas hegemônicas, do século XIX em diante (cujo início coincide com a vinculação dependente do Brasil à Inglaterra, por força da existência não de uma independência política formal, mas uma dependência econômica de facto [sic]); 4) a fase da atualidade recente, onde essa vinculação é redefinida em função da redefinição da Divisão Internacional do Trabalho após a segunda Guerra Mundial, [...]. Todos esses períodos refletem a atitude que a colonização sempre guardou em relação à Amazônia, entendendo-a, desde o primeiro momento, como mero espaço de saque (LEAL, 2010, p. 89-90).

O mesmo autor destaca que o terceiro período, de vinculação da Amazônia ao Capitalismo hegemônico corresponde, no plano internacional, à ascensão da burguesia europeia e à busca incessante por fontes de matéria-prima nas colônias². Na Amazônia, esse período é marcado pelo chamado *boom* da borracha, que consolidou a inserção da Amazônia ao mercado mundial capitalista, enquanto que a crise que se seguiu provocou um longo período de estagnação econômica. Ao chamado ciclo da borracha (1850 - 1910) – que trouxe como uma de suas consequências uma ação modernizado-

² Nesse período, a produção capitalista esteve grandemente voltada para a detecção de riquezas naturais que pudessem contribuir ao desenvolvimento das forças produtivas. A Amazônia, como outras regiões do planeta, passou a ser alvo de inúmeras expedições científicas, das quais a primeira de uma série infundável foi a de La Condamine, em 1742, cuja importância reside no fato de que ela “[...] se torna a primeira ação de reconhecimento verdadeiramente científico da Região [...] descreveu a fauna dos rios e da floresta, e fez sobretudo duas descobertas importantes para o conhecimento da Amazônia da época pela Europa [...] o curare e a borracha. La Condamine [...] levou amostras e objetos de borracha para a Europa, procurando explorar, em ensaios de laboratório, as suas propriedades e potencialidades como matéria (LEAL, 2010, p. 98).

ra sobre as cidades de Belém e Manaus³ –, seguiram-se 30 anos de profunda decadência (1910-1940), em função da concorrência externa⁴ ao produto. A reativação temporária do extrativismo gomífero no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) esteve em função do interesse norte-americano pelo produto, o que produziu um acordo de cooperação entre os governos do Brasil⁵ e dos Estados Unidos para o fornecimento de borracha em função da entrada dos Estados Unidos no conflito imperialista (LEAL, 1996, p. 129).

A partir da década de 1970, o privilegiamento de grandes empreendimentos econômicos demarcou um novo momento na Amazônia. Sua implantação contribuiu, dentre outros processos, para a expropriação do nativo, que foi perdendo aquilo que lhe permite a reprodução das suas condições materiais de existência – a terra e os espaços da natureza. Nos espaços rurais da Amazônia, natureza e homem são partes integrantes de uma mesma realidade, na qual a propriedade da terra é condição preliminar do trabalho sobre ela. Este homem nativo é o cabôco⁶, herdeiro legítimo da cultura indí-

³ O embelezamento de Belém e Manaus, segundo os padrões europeus e que ficou conhecido como Belle Époque, subordinou-se não às necessidades coletivas dos diferentes grupos sociais, mas objetivando as necessidades do capital comercial emergente. Segundo Oliveira (1999), a Belle Époque foi um período em que a riqueza produzida na Amazônia provinha tanto da borracha, como do sangue dos seringueiros. Estes últimos, oriundos do Nordeste brasileiro, se constituíram na principal força de trabalho da atividade extrativista da borracha.

⁴ A expansão da economia gomífera, que chegou a representar 40 % das exportações brasileiras, gerou uma concorrência externa ao produto por parte, especialmente, da Inglaterra, a qual, como potência imperialista do período, tinha na borracha um insumo vital para a manutenção da sua liderança no mercado capitalista. O governo inglês enviou à Amazônia um funcionário por nome Henry Alexander Wickham e este **contrabandeou** sementes da borracha que foram plantadas nas colônias tropicais inglesas. O sucesso da plantagem, em relação ao extrativismo praticado na Amazônia, desarticulou toda a economia gomífera, gerando aquelas décadas de profunda decadência (LEAL, 2010).

⁵ O governo brasileiro de Getúlio Vargas preparou as condições para que o acordo fosse cumprido, numa operação que ficou conhecida como a Batalha da Borracha. Estas e outras ações, como, por exemplo, a criação, em 1942, do Banco de Crédito da Borracha S/A. (BCB), significou o ajuste de “[...] uma parcela estratégica da economia brasileira aos interesses políticos norte-americanos” (LEAL, 1996, p. 133).

⁶ Segundo o professor e pesquisador da UFPA Aluísio Lins Leal, com base no Dicionário da terra e da Gente do Brasil, de B. J. de Souza (1961), a palavra cabôco provém do nheengatu caá-bôc, que significa tirado do mato e é o termo apropriado para definir o descendente étnico e/ou cultural do índio. O termo caboclo seria, portanto, um duplo erro: por não haver o “l” no seu radical fonético, assim, também, como por não existir o “l” no nheengatu, o que faz de caboclo uma corruptela, imprecisa e completamente errada (LEAL, 1982).

gena “[...] cuja força cultural tem origem na forma de articulação com a natureza” (LOUREIRO, 1995, p. 68). A propriedade da terra é condição preliminar do trabalho do homem, pois, quando ele se apossa da terra, “[...] produz nela, preferencialmente, valor de uso, embora [...], também produza valor de troca, integrado que está em um sistema que lhe exige a produção de um excedente compulsório” (LEAL, 1981, p. 14). Assim como para as comunidades primitivas, abordadas por Marx (1986, p.77), para as comunidades amazônicas

[...] a propriedade da terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, consequentemente, o objetivo econômico é a produção de valores de uso, isto é, a reprodução dos indivíduos em determinadas relações com sua comunidade, da qual constituem a base.

A partir do momento em que o capital expropria o homem de seus meios de produção, transformando em capital os meios de subsistência e de produção, converte os produtores diretos em assalariados, subvertendo a lógica nativa e transformando a terra em terra de negócio, “[...] onde se passa a produzir, apenas valor de troca [...] com o intuito do lucro” (LEAL, 2010, p. 98). Isso porque a realidade social se constitui numa totalidade em que a dinâmica do modo de produção capitalista age de forma a alterar as relações dos homens entre si e destes com a natureza. A alteração dessas relações foi agravada também pelos intensos fluxos migratórios, especialmente a partir da década de 1960, que intensificaram a luta pela terra, historicamente constituída, com o surgimento de inúmeros conflitos pela sua posse. Estes conflitos se deram em função de diversos processos, desde a instalação de grandes projetos econômicos na região – que provocaram a expropriação da população –, como também em função de diferentes ações do governo federal⁷, entre elas os processos de colonização dirigida, que pro-

⁷ Além do Programa de Colonização e Assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), destacam-se o I Plano Nacional de Desenvolvimento, que objetivava integrar física, social e econômica a Amazônia brasileira com o Nordeste por meio da construção rodovia Transamazônica (BR-230); a política de Incentivos Fiscais, que criou o Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) para os investimentos setoriais de reflorestamento, pesca e turismo; os Programas de Integração Nacional (PIN) e o Programa de Redistribuição de Terras (PROTERRA).

duziram também um fluxo migratório espontâneo, culminando em invasões de terras por posseiros, camponeses migrantes, fazendeiros do Sul e Sudeste, etc.

Os resultados históricos da presença do grande capital na Amazônia têm sido agravados em função de novas dinâmicas produtivas que invadiram o espaço amazônico – como é o caso da cultura da soja⁸ –, as quais se somaram às dinâmicas já sedimentadas, especialmente a exploração mineral pela via dos grandes projetos, produzindo efeitos sociais, econômicos e ambientais de toda ordem. À expropriação do homem nativo, seguiu-se, como uma das alternativas de sobrevivência, a migração interna que, aliada à migração externa – em função da atração exercida pelos grandes projetos –, contribuiu, ao lado de outros processos, para, por exemplo, a reconfiguração da rede urbana da Amazônia. Segundo Pereira (2006, p. 36), a migração produziu uma alta concentração urbana nas capitais da Região Norte, como é o caso de Belém, capital do estado do Pará, que possui “[...] um grau de urbanização de 99,35%”. Esse movimento rumo às grandes cidades também se repetiu em relação às pequenas e médias, as quais apresentaram índices de crescimento populacional superiores às capitais, concentrando então “[...] 70% da população regional” (PEREIRA, 2006, p. 25).

As transformações na estrutura urbana das cidades na Amazônia se dão em meio a uma conjuntura econômica neoliberal, que aprofunda a precariedade e/ou inexistência de políticas públicas, tanto na área urbana como na área rural, contribuindo, dessa forma, para um processo de empobrecimento generalizado da sua população. Observa-se, assim, que as questões decorrentes

⁸ A partir das duas últimas décadas do século XX, destacou-se o crescimento significativo de outras expressões produtivas na região amazônica. Este é o caso do agronegócio – que engloba a agricultura e a pecuária –, e no qual se têm destacado as culturas agrícolas de exportação, como é o caso da soja, assentada ao lado das vias de comunicação que ligam a Amazônia ao Centro-sul: as rodovias Cuiabá-Porto Velho (Br 158) e a Cuiabá-Santarém (Br 163). O cultivo da soja no Brasil teve início na Região Sul, mais precisamente nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, de onde rumou para a zona do cerrado, chegando até o Maranhão e, daí, seguindo pela rodovia Cuiabá-Santarém, penetrou na região do Baixo Amazonas paraense. O crescimento dessa cultura está relacionado à demanda por suprimentos alimentares para a produção de carne de frango, boi e porco, em regime de confinamento nos países da Europa e nos Estados Unidos.

do modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado brasileiro afetam não somente as cidades do entorno dos projetos, como também os centros urbanos mais importantes, como Belém, cidade marcada pelas chamadas invasões de terras que são, também, reflexo das “[...] distorções na estrutura agrária [que] tem provocado deslocamentos de vários segmentos da população rural para as metrópoles regionais” (ALMEIDA, 1995, p. 46).

3 OS GRANDES PROJETOS ECONÔMICOS NA AMAZÔNIA: O ESTADO DO PARÁ

Diversos autores enfocaram o caráter de enclave do grande projeto e Ribeiro (1990, p.11-12) considera que eles, especialmente os mínero-metalúrgicos, tornaram-se “[...] enclaves na região, sem provocar maiores efeitos benéficos, a nível econômico ou social, já que são empreendimentos voltados exclusivamente para o mercado externo”. De acordo com Leal (1996, p.111-112), os casos precursores de grandes projetos na Amazônia foram o Projeto FORD, no estado do Pará, na década de 1920, e o projeto Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI) no Amapá, na década de 1940. De acordo com esse autor, o projeto FORD se valeu da Amazônia como espaço da acumulação monopolista e disputa de cartéis reforçando “[...] as condições de exploração contra o povo e a cultura nativa, já que os valores trazidos com ele [...] tendiam a reduzir o nativo comum à condição de lumpen-proletariado”. Já o projeto ICOMI assentado no Amapá – até então um território brasileiro na região amazônica –, também obedecia aos interesses de acumulação, neste caso, no Pós-guerra, ocupando-se da extração de uma das mais ricas jazidas de manganês⁹ do planeta. A esses dois grandes projetos seguiram-se outros empreendimentos econômicos na região, cujos efeitos sobre as populações locais foram sucessivamente estudados, podendo-se concluir que eles causaram uma série de consequências extraeconômicas, que variaram de acordo com seus processos próprios e que produziram as condições gerais que orientaram o desenvolvimento do ramo

⁹ O manganês, segunda maior ocorrência no planeta depois do ferro, é um minério metálico como o ferro e possui altíssima importância para a indústria, especialmente a bélica. Seu uso permite que se retire o enxofre contido no ferro, dando a esse maior elasticidade, permitindo, assim, que ele se transforme em aço (MENEZES, 2010).

mineiro na Amazônia, marcadamente monopolizado e protegido pela ação do Estado.

O primeiro grande projeto de extração mineral, durante a Ditadura Militar, foi de exploração de bauxita metalúrgica pela Mineração Rio do Norte (MRN), no município de Oriximiná, no estado do Pará. Esta produção se constituiu na maior atividade mineral-extrativa do estado, ao lado da mineração do ouro em Itaituba – também no Pará –, até a entrada em operação, na década de 1970, do Programa Grande Carajás (PGC), situado em partes dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins, num total aproximado de 900.000 km², correspondente a 11% do território nacional. Na Serra dos Carajás, no estado do Pará, encontra-se a maior província mineral do planeta (cobre, estanho, ouro, alumínio, manganês, níquel e ferro), sendo que as jazidas deste último foram estimadas entre 18 (dezoito) e 20 (vinte) bilhões de toneladas. A Companhia Vale do Rio Doce¹⁰ (após sua privatização na década de 1990, apenas VALE), tem exclusividade na exploração das jazidas de ferro de Carajás, constituindo-se na maior companhia de mineração de ferro no mundo. Além de Carajás se constituir na maior mina de minério de ferro do mundo, com uma produção ascendente que, em 2007, chegou a 92 bilhões de toneladas (MENEZES, 2010), este empreendimento, e/ ou o conjunto dos seus vários subprojetos, tem produzido um gigantesco e complexo conjunto de consequências socioambientais sobre a região onde ele foi decretado. Estes efeitos abrangem diferentes grupos humanos e diferentes áreas geográficas¹¹, daí

¹⁰ No contexto da gradual modernização brasileira, o presidente Getúlio Vargas desencadeou um conjunto de medidas, no âmbito econômico, entre as quais se destaca a criação, em 1942, da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Esta seria responsável pela área de mineração no processo de fortalecimento da empresa estatal conduzida por Vargas.

¹¹ De acordo com Almeida (1995), podemos encontrar, na área do Programa Grande Carajás, nos três Estados que o compõem, Unidades de conservação ambiental; Reservas extrativistas; Terras indígenas; Áreas reservadas aos militares; Áreas concedidas, adquiridas ou pretendidas pela CVRD; Áreas desapropriadas, adquiridas e projetos de assentamento; Reservas garimpeiras e províncias auríferas; Áreas de ocorrência de babaçuais e a produção de óleos vegetais; um Polígono de Castanhais; Terras de pretos, Terras de índios; Terras de santo; Terras da Igreja; Cooperativas de pequenos produtores agroextrativistas; Usinas de ferro gusa, de ferro ligas e carvoarias e Latifúndios por dimensão e imóveis rurais com área igual ou superior a 10.000 hectares.

decorrendo a sua complexidade. Entre os muitos efeitos, destacam-se aqueles que relacionam dialeticamente áreas urbanas e áreas rurais, ambas afetadas pelo movimento industrializador que gera “[...] uma urbanização forçada interpenetrando instalações industriais poluidoras, incluindo-se carvoarias e guzeiras, com aglomerados urbanos, notadamente em Açailândia (MA) e Rondon do Pará (PA)” (ALMEIDA, 1995, p. 44).

As políticas fundiárias conduzidas pela Ditadura, ao priorizarem a implantação de grandes projetos como Carajás, foram fundamentais para o agravamento do caos agrário nas áreas de sua influência. Os assassinatos no campo, especialmente no entorno da região de Carajás, fazem parte do dia a dia da região. A maior chacina contra os trabalhadores sem terra de que se tem notícia se verificou justamente num dos municípios de influência do grande projeto – Eldorado dos Carajás –, quando, em 17/04/1996, foram assassinados 19 (dezenove) trabalhadores sem terra pela Polícia Militar do Pará. Os trabalhadores sem terra haviam ocupado a fazenda Macaxeira, uma área reconhecidamente improdutiva, quando o governo do estado prometeu assentá-los e enviar-lhes alimentos. A promessa não foi cumprida e os trabalhadores resolveram empreender uma marcha de 800 quilômetros até Belém para pressionar. Após uma semana de caminhada, acamparam, porque lhes faltava alimentos, num trecho da estrada, próximo do município de Eldorado dos Carajás, bloqueando o trânsito. Após a promessa de que os alimentos finalmente chegariam, os sem-terra desbloquearam a estrada. No dia 17 de abril, receberam a notícia de que o acordo não seria cumprido, o que os fez empreender novo bloqueio. No mesmo dia, viram chegar 155 (cento e cinquenta e cinco) policiais militares, tendo início um ataque, ao qual os trabalhadores sem terra responderam. O que se seguiu ficou conhecido por massacre de Eldorado dos Carajás.¹²

¹² As cenas gravadas por uma equipe de TV local e o laudo dos legistas sobre as mortes dos trabalhadores sem terra informam que dos 19 (dezenove) mortos, 12 (doze) receberam tiros certos na cabeça e no tórax; 7 (sete) foram mortos com seus próprios instrumentos de trabalho, retirados deles quando já estavam rendidos; 7 (sete) trabalhadores estão desaparecidos até hoje e ainda restaram 69 (sessenta e nove) feridos, muitos deles mutilados – demonstram que o nome de massacre bem se aplica ao ocorrido (FIALHO NASCIMENTO, 2006).

Outros municípios da região de Carajás são Marabá¹³, Parauapebas, Curionópolis e Canaã dos Carajás, os quais têm sua economia subordinada à extração mineral pela VALE. Estes municípios apresentam elevados índices de pobreza absoluta e relativa, explosivo crescimento populacional, altas taxas de analfabetismo e mortalidade infantil. Grande parte da população destas áreas, ao ser expulsa da terra, converteu-se numa população flutuante, vivendo no entorno de Marabá e sobrevivendo de fazer carvão, o que tanto destrói a cobertura vegetal local como compromete a sua saúde. Esse carvão é vendido para as guseiras – fábricas que surgiram na área a partir da disponibilidade de ferro – transformando Marabá no maior produtor de ferro-gusa do país. Os prejuízos ambientais decorrentes desse processo de fabricação de ferro-gusa são altamente impactantes, tanto pela emissão de gases nocivos à saúde dos trabalhadores que atuam nessa atividade, como pelo desmatamento da floresta. Segundo Foladori (2001), o fundamental no debate sobre a chamada questão ambiental é o fato de não se discutir a forma social de produção, desviando o foco de análise para a eficiência das medidas mitigadoras. Mézáros (2002, p. 262), ao abordar o processo produtivo no atendimento das necessidades sociais historicamente criadas, informa que os custos são proibitivos em muitos aspectos, dentre eles aqueles relacionados aos efeitos ambientais. Segundo o autor, a “[...] solução governamental proposta, como sempre, é apenas alterar um pouco esses efeitos, deixando intocadas as causas – que emanam dos interesses capitalistas dominantes”.

A partir da implantação de um grande projeto como Carajás, além da questão agrária, urbana e ambiental, podem-se abordar inúmeras outras, que as incluem e as extrapolam. Esse é o caso das questões que afetam grupamentos humanos distintos que habitam a região, como os grupos indígenas, alvo constante de violências, seja ela física, psicológica, cultural ou social:

Assassinatos, agressões físicas, ameaças de morte, surtos de doenças e casos de intrusão praticado

¹³ O município de Marabá, no sul do Pará, ficou conhecido na década de 1980 como “marabala” por causa da violência, expressa em constantes assassinatos, decorrente do violento processo de apossamento do território pelos privilegiados pelas leis da ditadura, cujos interesses eram impostos às custas da pistolagem.

por garimpeiros, empresas de mineração, empresas madeireiras, projetos agropecuários, ‘fazendeiros’ e pequenos produtores agrícolas constituem as ocorrências registradas nas terras indígenas que estão nos limites do PGC (MÉSZÁROS, 2002, p. 93-96).

Um exemplo emblemático desses processos foi a dos Waimiry-Atroary, que ao se oporem à passagem por suas terras dos batalhões que construíam a rodovia Manaus-Caracaray, foram praticamente exterminados e reduzidos à quase *mendicância*. Logo depois, descobriu-se em suas terras, uma extraordinária jazida de cassiterita, o que ensejou a sua expulsão para que essa fosse entregue a um grande projeto – a Mineração Taboca¹⁴ – sem qualquer compensação aos indígenas. Após serem remanejados para uma área extrema e recomporem-se do genocídio de que foram vítimas, a descoberta de novas jazidas em sua nova área os ameaça de novo com novas medidas de expulsão.

A análise dos processos decorrentes da implantação de Carajás demonstra que eles produziram uma infindável sucessão de conflitos pela posse da terra¹⁵, impactos na rede urbana da Amazônia e problemas ambientais que extrapolam sua área de influência direta.

4 À GUIA DE SÍNTESE

A década de 1970 configura um novo momento para a Amazônia, quando o capital, nacional e internacional, contando com a atuação

¹⁴ A Mineração Taboca, do grupo brasileiro Lacombe, está assentado, desde a década de 1970, na estrada Manaus-Caracarái (no estado do Amazonas), de onde extrai cassiterita, minério que serve para a fabricação do aço inoxidável (LEAL, 2010).

¹⁵ Em fevereiro de 2005, a Amazônia brasileira foi destaque nos noticiários nacionais e internacionais devido ao assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, de 73 anos, há 40 anos no Brasil, 3 dos quais no município de Anapu, no Estado do Pará. A morte da missionária, que atuava pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) – entidade que assessora os movimentos sociais na área rural –, esteve ligada aos conflitos pela posse da terra que, apesar de envolverem toda a Amazônia, são especialmente graves no Estado do Pará. A situação de violência no campo neste Estado, motivada por conflitos pela posse da terra, é tão grave que o Pará lidera, com folga, as estatísticas da violência no campo. Dados da CPT registram a ocorrência de 1335 conflitos pela terra somente no ano de 2003, com 73 pessoas assassinadas. No período de 1985 a 2003, registraram-se 1003 situações de homicídio, com a morte de 1349 pessoas. Em resposta ao assassinato da missionária, já confessado pelos pistoleiros rapidamente presos e que foram contratados por fazendeiros da região, o governo federal desencadeou um conjunto de medidas emergenciais, como, no caso, a presença ostensiva de contingentes do exército para tentar conter a situação, sem que isso tenha evitado novas mortes pouco tempo depois.

do Estado e pela via privilegiada das multinacionais, invade o espaço amazônico armado de alta tecnologia, que explora e saqueia com muito maior voracidade os recursos naturais. Essa exploração, que tem na mineração uma de suas bases, tem produzido uma infundável série de efeitos sobre o uso da terra, sobre as condições de vida nas cidades da região e sobre o meio ambiente amazônico.

A violência no campo, à exemplo da violência urbana, que projetou cidades como o Rio de Janeiro, compreendida como expressão da “questão social”, continua a ser tratada como caso de polícia. Na Amazônia, os conflitos pela posse da terra se constituem numa problemática complexa porque resultam de infundáveis situações de posse que configuram diferentes personagens: posseiros – nativos e/ou migrantes, grileiros, pequenos proprietários – legais e/ou ilegais –, latifundiários – legais e/ou ilegais –, fazendeiros, madeireiros, seringueiros, multinacionais, grandes empresas nacionais, etc. Entretanto, tem-se como elemento imutável, em meio a essa complexidade, a ação do Estado no sentido de induzir a emergência desses conflitos devido à estrutura mesma da sociedade capitalista, na qual a terra, como meio de produção, encontra-se nas mãos do capital.

No caso da Amazônia, os conflitos pela posse da terra se complexificam porque nela podem ser encontrados, em quantidade e qualidade, inúmeros minerais imprescindíveis ao processo produtivo. O seu aproveitamento pela via dos grandes projetos minero-metalúrgicos, demarcou um novo momento na história da região, quando empresas transnacionais aqui instaladas, beneficiadas pelos incentivos fiscais e outros benefícios do período de desregulamentação, privatização e flexibilização, passaram a organizar a produção de matéria-prima a baixo custo (mão-de-obra barata, energia subsidiada, infraestrutura oferecida pelo Estado, fiscalização ambiental incipiente, etc). Estas matérias-primas são remetidas aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando, assim, o ciclo de produção e acumulação de capital. Um mercado cartelizado controla todo esse ciclo produtivo, de acordo com seus interesses, o que implica o controle dos preços das matérias-primas. Assim, se quiserem gerar divisas, os países retardatários terão que extrair e exportar, cada vez mais (e com maior prejuízo social e ambiental), os seus recursos naturais. Considerando que, na Amazônia brasileira, se podem encontrar recursos flo-

restais, minerais, hídricos e energéticos em grandes quantidades e, ainda, enormes extensões de terra, é estratégico que se debata sobre as questões que dizem respeito à região. Isso porque está previsto para a América Latina, como um todo, a chamada Iniciativa para Integração da Infraestrutura da América do Sul (IIRSA) que, entre outros objetivos, visa a integrar a região a partir das áreas de telecomunicações, transportes e energia. A usina hidroelétrica de Belo Monte¹⁶, no estado do Pará, alvo de acalorados debates na atualidade, faz parte das ações previstas no IIRSA no campo da energia, visando a fornecer energia aos futuros grandes projetos a serem implantados na região amazônica.

No campo ambiental, a mais recente ameaça sobre a Amazônia é a da ocupação da região Sul do estado do Pará pela cultura da soja, a qual promete ser a mais devastadora, especialmente em termos ambientais e humanos, de que se tem notícia. Milhões de hectares de floresta nativa já foram derrubadas para dar lugar a essa monocultura, alterando inclusive a paisagem natural da região. Algumas organizações não governamentais (ONGs) têm alertado para os efeitos não só do desmatamento da floresta para o plantio da soja, como também para o fato de que as rodovias construídas para seu escoamento podem vir a afetar decisivamente o meio ambiente. Este é o caso da rodovia Cuiabá-Porto Velho que pode, por exemplo, comprometer a nascente de um dos rios mais importantes da região, o rio Xingu, às margens do qual habitam inúmeras populações.

Tendo por base essas reflexões, há que se indagar sobre o futuro de regiões como a Amazônia, onde a abundância de recursos naturais, imprescindíveis ao processo produtivo, mantém esses espaços prisioneiros das necessidades de acumulação capitalista. Os projetos de desenvolvimento calcados no crescimento econômico, com seus impactos ambientais nem sempre contabilizados, continuam a ser priorizados, seja no Brasil seja na Amazônia.

Pelo que foi exposto até aqui, fica evidente que uma região como a Amazônia brasileira, superlativamente abundante em re-

¹⁶ À exemplo do IIRSA, a Usina de Belo Monte não será objeto de maiores reflexões nesse artigo em função do nível dos estudos exploratórios e da necessidade de pesquisas mais aprofundadas sobre a questão.

cursos naturais de toda ordem, tenha uma importância também superlativa na sociedade capitalista. Os fenômenos presentes nessa realidade complexa estão relacionados aos processos sociais desencadeados, historicamente, sobre ela e são resultado, no passado recente, da intensificação do processo de ocupação do território e da conseqüente exploração de seus recursos naturais. Os mais atingidos pelo modelo de desenvolvimento para a região, que prioriza tão somente o crescimento econômico, são as populações nativas (ribeirinhos, índios, quilombolas, seringueiros, entre outros) afetados por esse processo e pelos agentes do capital (madeireiros, grileiros, latifundiários, etc.) e confrontados no seu cotidiano com interesses econômicos e políticos inteiramente contrários às suas práticas tradicionais, protegidos e estimulados pela política conduzida pelo Estado. As ações desse, em nível federal ou regional, na condução das políticas públicas, independentemente do regime político, são decisivas na manutenção do modelo de desenvolvimento historicamente adotado, mantendo a Amazônia como empório de recursos naturais para a acumulação capitalista.

À luz da teoria crítica, o exame dos efeitos da implantação de grandes projetos, sobre o espaço amazônico, conclui por afirmar que o privilegiamento do modelo de desenvolvimento – inclusive em suas versões pseudo alternativas, como é o caso do chamado desenvolvimento sustentável –, tem (re)produzido conflitos agrários, problemas urbanos e questões ambientais sobre a Amazônia brasileira como expressões da “questão social” na região.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Carajás: a guerra dos mapas:** repertório de fontes documentais e comentários para apoiar a leitura do mapa temático do Seminário-Consulta “Carajás: desenvolvimento ou destruição?” Belém: Seminário Consulta, 1995.

FIALHO NASCIMENTO, Nádya S. **Amazônia e desenvolvimento capitalista:** elementos para uma compreensão da “questão social” na região. 2006. 186 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

FOLADORI, Guillermo. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Trad. de Marise Manoel. São Paulo: Ed. da UNICAMP: Imprensa Oficial, 2001.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2005.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>. Acesso em: 20 de janeiro de 2012>.

LEAL, Aluízio Lins. Uma sinopse histórica da Amazônia. In: TRINDADE, José Raimundo e MARQUES, Gilberto (Orgs.). **Revista de Estudos Paraenses**, Belém, 2010. p. 89-122. Edição Especial.

_____. **Grandes Projetos Amazônicos: dois casos precursores**. 1996. 284 f. Tese (Doutorado) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

_____. Os primeiros impactos sociais de um polo metalúrgico na Amazônia: o caso ALBRAS/ALUNORTE. **Revista Ciências da Terra**, n. 5, jul./ago., 1981. 1982.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: CEJUP, 1995.

MARX, Karl. **O Capital** – Livro Primeiro: O Processo de produção do capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

MENEZES, Carmem Roseli Caldas; MONTEIRO, Marcílio de Abreu; GALVÃO, Igor Maurício Freitas (Coords.). **Zoneamento Ecológico-Econômico/ZEE das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará**. Belém: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. 3v.

MÉSZAROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Ed. da UNICAMP: BOITEMPO, 2002.

OLIVEIRA, José Aldemir de. **Cidades na selva**. Manaus: Valer, 1999.

PANDOLFO, Clara. **Amazônia Brasileira: ocupação, desenvolvimento e perspectivas atuais e futuras**. Belém: CEJUP, 1994.

PEREIRA, José Carlo Matos. A urbanização da Amazônia e o papel

das cidades médias na rede urbana regional. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (Org.). **O rural e o urbano na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2006.

RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Belém: SEICOM, 1990.

SOUZA, Bernardino José de. **Dicionário da Terra e da Gente do Brasil**. 5. ed. da Onomástica Geral da Geografia Brasileira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1961.